

AMARAL, Brás do

*dep. fed. BA 1924-1930.

Brás Hermenegildo do Amaral nasceu em Salvador no dia 2 de fevereiro de 1861, filho de Brás Hermenegildo do Amaral e de Josefa Virgínia do Amaral. Seu pai, capitão de polícia da Bahia, lutou na Guerra do Paraguai, participou da batalha de Tuiuti, e por seus feitos recebeu do imperador o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em 1886 formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, defendendo a tese *Relações entre as moléstias constitucionais e as lesões traumáticas*. Trabalhou no socorro aos feridos da Guerra de Canudos (1896-1897) como voluntário no Hospital de Sangue montado pela Faculdade de Medicina da Bahia, tendo sido companheiro de trabalho de Afrânio Peixoto, nome de destaque nas letras brasileiras. Em 22 de dezembro de 1902, foi nomeado por decreto do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) lente da cadeira de patologia cirúrgica da mesma faculdade. Posteriormente, a 3 de dezembro de 1908, foi transferido por decreto do presidente Afonso Pena (1906-1909) para a segunda cadeira de clínica cirúrgica. Foi ainda titular da cadeira de patologia externa.

Paralelamente à medicina, dedicou-se aos estudos de história do Brasil. Lecionou em colégios particulares, como o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes, da qual foi também diretor. Foi ainda professor de história universal e do Brasil no Ginásio da Bahia, onde só se aposentaria em 17 de setembro de 1919. Fez parte do grupo de intelectuais que fundou, em 13 de maio de 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual seria orador oficial e depois sócio benemérito.

Especialista nas questões de limites territoriais entre a Bahia e os estados vizinhos, por essa razão foi nomeado pelo governador J. J. Seabra, por decreto de 12 de agosto de 1912, para representar o estado, ao lado do ministro Eduardo Espínola, nas negociações da disputa de limites entre a Bahia e Sergipe, que ameaçava evoluir para a luta armada, em vista do fato de o então presidente de Sergipe, general Siqueira de Meneses, ter mandado invadir a fronteira, alegando pertencerem àquele estado as localidades de Apertado, Pedra e Saco.

Tendo discutido exaustivamente a questão com Siqueira de Meneses em Aracaju, conseguiu convencê-lo dos argumentos da Bahia, a despeito dos grandes debates travados na Câmara do Deputados pelas bancadas de Sergipe, representada pelos deputados Moreira Guimarães e Felisbello Freire, e da Bahia, pelos deputados Otávio Mangabeira, Pedro Lago e Muniz Sodré, entre outros. O mesmo se deu em 1919, no governo de Antônio Muniz, quando das negociações que resultaram na assinatura dos acordos que fixaram as fronteiras entre Bahia, Goiás, Piauí e Minas Gerais. Como o acordo foi questionado pelo governo de Minas Gerais, foi necessário fazer uma nova versão, assinada em 1920, e foi determinada ainda a realização de estudos específicos sobre as cachoeiras formadas pelos rios que, nascidos no planalto mineiro, corriam para o litoral baiano na confluência dos dois estados. Somente 14 anos depois poderia Brás do Amaral apresentar seu parecer, que ensejou a assinatura do tratado que pôs termo definitivo à questão que já durava mais de dois séculos. Ainda em 1920, foi chamado da Europa, onde se encontrava em viagem, para representar a Bahia na Conferência dos Limites, convocada pelo presidente Epitácio Pessoa para discutir a questão de fronteiras suscitada pelos estados de Pernambuco e Sergipe, que se haviam aliado contra a Bahia. De maneira análoga foi nomeado delegado para defender os interesses da Bahia quando o governo do Espírito Santo alegou direitos sobre o território compreendido entre o riacho Doce e o rio Mucuri. Após empreender duas viagens a Vitória, conseguiu evidenciar os direitos da Bahia, não só sobre o território em questão, mas também sobre uma área muito mais extensa, entre o riacho e o rio de mesmo nome, localizado mais ao sul da área em litígio.

Membro da Academia de Letras da Bahia desde sua fundação por Arlindo Fragoso em março de 1917, quando ocupou a cadeira nº 4 e escolheu como patrono o historiador Sebastião da Rocha Pita, presidiu a instituição de 1921 a 1937.

Sem grande experiência na política partidária, foi eleito deputado federal para a legislatura 1924-1926 na chapa do Partido Republicano da Bahia, pelo 3º distrito eleitoral. Reeleito para as legislaturas 1927-1929 e 1930-1932, não completou o mandato nesta última, devido à dissolução do Congresso Nacional em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Ao

lado dos representantes baianos Aurélio Viana, Celso Spínola, João Santos e Alfredo Rui Barbosa, integrou o grupo dos 34 deputados que estiveram presentes à última sessão da Câmara dos Deputados, no dia 24 de outubro de 1930. Na Câmara, participou entre outras da Comissão de Instrução Pública, da qual foi vice-presidente.

Sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representou a instituição durante o Congresso de História de Montevideu em 1930, quando das comemorações do Centenário da Independência do Uruguai. Em novembro de 1948 foi eleito membro correspondente da Academia Portuguesa de História, na vaga de Afrânio Peixoto. Foi também nomeado presidente da comissão executiva do I Congresso de História da Bahia, que seria realizado em 1949 como parte das comemorações do 4º Centenário da fundação da cidade do Salvador.

Faleceu em Salvador no dia 2 de fevereiro de 1949, quando exercia a presidência do I Congresso de História da Bahia.

Casado com Maria Teresa Belquior, teve uma filha.

Tendo-se notabilizado mais como historiador do que como político, deixou vários trabalhos publicados. Ao descobrir na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro o manuscrito das *Notícias soteropolitanas e brasílicas* de Luís dos Santos Vilhena, fez-lhe anotações e comentários, dando à publicação o título de *Cartas de Vilhena*. O mesmo fez, sob encomenda de Gonçalo Muniz, secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública (1916-1918) no governo de Antônio Muniz, com as *Memórias históricas e políticas da Bahia*, de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. Em sua obra destacam-se: *Resenha histórica da Bahia*; *A Sabinada*; *História da Independência da Bahia*; *História da Independência do Brasil*; *Ação da Bahia na obra da Independência*; *História da Bahia do Império à República*; *Conspiração Republicana na Bahia em 1798*; *A Constituição do Império*; *Memórias históricas*; *Ensino médico na Bahia*; *Limites da Bahia e Espírito Santo*; *Limites da Bahia e Goiás*; *Memórias sobre a Proclamação da República*; *Fundação da Bahia*; *Da Bahia e Goiás*; *Fatos da vida do Brasil*; *Limites do estado da Bahia*; *História da Revolta da Bahia em 1837*; *Resenha histórica da Bahia*; *Os pan-americanos*. Publicou ainda dezenas de

discursos, ensaios, conferências e artigos em jornais e revistas, versando sobre variados assuntos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES

AMORIM, D. *Braz*; ARQ. PUBL. BAHIA.. Seção Judiciária, 8/3254/7. Testamento de Braz do Amaral; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes*; CASTRO, R. *Fundadores*; DANTAS JUNIOR, J. *Braz*; *Diário de Notícias* (4/2/1949). Os funerais do Prof. Braz do Amaral; *Tarde* (30/11/1963). As eleições na Academia de Letras; *Tarde* (3/2/1949). O falecimento do Prof. Braz do Amaral; *Tarde* (3/2/1949). Novas eleições para a Academia de Letras, para a vaga do Prof. Braz do Amaral;